

PONTO DE VISTA

UMA ANÁLISE DOS PROTESTOS DE RUA NA COPA DE 2014: o legado político que não aconteceu

Francisco Paulo de Melo Neto¹

INTRODUÇÃO

A época de realização dos megaeventos contribui enormemente para a ampliação do debate democrático. Os países e as cidades-sede passam a ter visibilidade mundial. Seus problemas e avanços ganham espaço na mídia internacional. Sendo, portanto, uma oportunidade única para despertar em seus cidadãos o despertar cívico, a consciência crítica e a vontade política de mudar.

Neste aspecto, podemos afirmar que o aumento da participação política e o aumento dos debates políticos são os principais legados desses megaeventos. A população sai às ruas para manifestar o seu aprovo ou a sua rejeição à ideia e proposta de realização dos megaeventos.

As manifestações que ganharam às ruas das cidades brasileiras em junho de 2013 foram a expressão dessa vontade coletiva de mudar. Movida inicialmente por questões pontuais (alto preço das passagens de ônibus), tais manifestações ganharam novas motivações, como por exemplo, combate à corrupção e melhoria dos serviços públicos. Porém, o que de fato deu densidade a tais movimentos de protestos foi a realização da Copa FIFA 2014.

Tudo começou com as crescentes exigências da FIFA impondo ao governo brasileiro seus rígidos padrões de excelência e altos investimentos em infraestrutura. Nossos políticos e empresários se juntaram a uma legião de torcedores fanáticos e formaram um grande pool de adesistas á causa da COPA com o apoio maciço da mídia. No início foi uma festa cívica. O anúncio da vitória da candidatura brasileira foi festejado por todos num ambiente de grande comoção cívica e ardor patriótico.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Vice-diretor da Escola de Educação Física e Desportos.

Na medida em que a Copa, anunciada pelo governo como uma grande oportunidade para investimentos privados com retornos assegurados, mostrou a sua cara de gastos públicos excessivos, politização desmedida (com 12 sub-sedes para agradar políticos locais) e corrupção deslavada com superfaturamentos e desvios de verbas, o povo acordou e foi para as ruas para manifestar o seu desaprovo e insatisfação.

Em entrevista aos jornais Manuel Castells analisou tais movimentos:

“ Eles apresentam suas demandas no espaço público e cabe às instituições estabelecer o diálogo. É um movimento contra a corrupção e a arrogância dos políticos em defesa da dignidade e dos direitos humanos incluídos o transporte” (jornal O Globo).

Quando as manifestações de rua explodiram em todo o Brasil, em junho de 2013, algo que estava submerso, sufocado, soltou-se, irrompeu, veio à tona e surgiu com toda força. Começou como um protesto e rapidamente ganhou participação popular e tornou-se um grande movimento de massa.

Foi uma manifestação pública sem precedentes na história política do Brasil só perdendo talvez em número e intensidade para o Movimento das Diretas Já.

As razões dos protestos, inicialmente, focadas no repúdio ao aumento das tarifas de ônibus e nas reivindicações do passe livre para estudantes, tornaram –se em seguida difusas com manifestações contrárias à realização da Copa 2014, denúncias da corrupção do governo e demandas de maiores investimentos em educação e saúde.

Alguns analistas políticos e sociais dividem o movimento em fases distintas com base nas mudanças em suas pautas de reivindicações:

“Os acontecimentos se dividiram em três fases, as quais duraram cerca de uma semana, com mobilizações praticamente circunscritas à cidade de São Paulo nos 6, 11 e 13 de junho. Nessa primeira etapa havia um objetivo específico: a redução do preço da passagem do transporte público.(...) A segunda etapa teve início com as manifestações de 17, 18, 19 e 20 de junho, quando alcança o auge(...) multiplicando por mil a potência do protesto, mas simultaneamente tornando vagas as suas demandas (...) A terceira etapa, que vai do dia 21 até o final do mês, o movimento se fragmenta em mobilizações parciais com objetivos específicos (redução de pedágios, derrubada da PEC 37, protestos contra o programa Mais Médicos etc”. (Singer, André Brasil junho de 2013: classes e ideologias cruzadas, Novos Estudos Cebrap, n.97, São Paulo, nov. 2013).

Os protestos não eram inicialmente contra a realização da Copa 2014. Na segunda fase do movimento, a Copa entrou na agenda dos movimentos. Muitos cartazes contrários á Copa eram vistos no meio da multidão. O padrão FIFA rapidamente se tornou um bordão popular para se referir às exigências da entidade promotora do evento que, com os seus padrões de excelência e qualidade em instalações, produtos e serviços, obriga o governo a fazer altos investimentos no evento e atender às expectativas de lucro dos seus organizadores, fornecedores e patrocinadores.

Foi neste contexto político de protestos de massa que ganharam força movimentos sociais contrários

à realização da Copa FIFA 2014, como “ Não vai ter Copa ” e “Comitê Popular da Copa”. O primeiro focou suas críticas nos altos custos do evento bancados pelo governo. O segundo se concentrou na denúncia da violação dos direitos à moradia e críticas à política de remoção de moradores em áreas de instalações esportivas e locais de obras de mobilidade e renovação urbana.

O Não à Copa ganhou as ruas em todo o Brasil. De repente, as massas acordaram e isto deve-se à Copa que criou um ambiente político favorável a grandes manifestações de massa. Não só contra a Copa, foi também contra o sistema político-governamental vigente no país.

Os movimentos sociais contra a Copa

A Copa foi apenas o pano de fundo de todas as manifestações. Sua grandiosidade e espetacularização gerou expectativas na população como também contribuiu para a configuração de um cenário político propício a grandes debates, consensos e dissensos. A causa maior dos protestos foi a ruptura da sociedade passiva com o governo motivada pela descrença política no sistema de governo democrático que perpetua desigualdades extremas e é alvo de seguidas denúncias de corrupção em obras de infraestrutura da Copa. A descrença na democracia representativa e seus modelos de participação popular.

Os protestos de rua, sendo, portanto, movido por sentimentos de descrença política, adquiriram legitimidade:

“A descrença política é a expressão de um sentimento legítimo que pode e muitas vezes deve ter viés positivo: alimenta a nossa crítica e está na base de ações nobres, de manifestações redentoras nas formas não violentas de anarquia” (Bloch, A. Sobre o Nazismo e a ameaça política, jornal O Globo, 12-10-13, p.10)

De início, as manifestações eram passivas e por isso legítimas. Com a participação dos “blacks blocs”, perdeu legitimidade face ao vandalismo praticado por seus adeptos.

O movimento dos “Blacks blocs” emergiu como um contra-movimento social, de caráter anárquico, violento e autônomo.

“Trata-se de uma organização estruturada para finalidade anárquica e de contestação a qualquer organização social dominante sob o conceito de autonomismo” (idem)

A onda de protestos assumiu um novo matiz anárquico e de violência extrema. Fazendo uso das redes sociais na divulgação para convocação dos atos de violência e desordem, com táticas de guerrilha no meio urbano, os *black blocs*, os anarquistas sem cara, tomaram as ruas de assalto. Transformaram um movimento com causas próprias em ações de acobertamento de desordeiros de todos os tipos, inclusive com a adesão oportunistas de ladrões e meliantes.

Mas atentos às condições na época, era possível imaginar a irrupção de um movimento desta natureza. Na contramão da idealização que um Megaevento cria no inconsciente coletivo, vem sempre a radicalização de um despertar ainda que tardio e violento. Ao mesmo tempo que os Megaeventos criam momentos de euforia e de apoio, geram também ações de repúdio e contestação.

CONCLUSÃO

Qual o legado das manifestações de rua? Em entrevista publicada na mídia, o escritor Marco Luchesi fez uma análise do movimento:

“O fato é que desde então não saímos do lugar. Perdemos sem dúvida a oportunidade histórica de uma Agenda Positiva, essa mesma agenda que permanece ausente do debate eleitoral, assim como os temas que interessam ao país, dentre os quais a reforma agrária e urbana” (Luchesi, Marco A Política e s Ruas, jornal O Globo, 02-04-14, p.17).

Pressionado pelo movimento das ruas, o governo anunciou algumas medidas pontuais e nada mais. Em seguida, anunciou o Programa Mais Médicos como uma solução para os problemas para o setor de saúde no Brasil. A resposta do governo veio sob a forma patrimonialista de gestão: um aumento providencial da bolsa-família e promessas de maiores investimentos nos setores de educação, saúde e moradia.

A reforma política que visa criar “zonas mais ou menos estáveis de consenso” em vez do tráfico de influências e a política de alianças espúrias com legendas de aluguel não aconteceu. As eleições que se seguiram foi um triste espetáculo de coalizões entre partidos sem base popular. Portanto, nada foi criado em termos de uma Agenda Positiva e, conseqüentemente, nenhum legado as manifestações de rua deixaram para a sociedade e para o país.

É difícil imaginar uma saída para o imobilismo governamental e a apatia da sociedade que foi às ruas para protestar. O que poderia ter sido um grande legado da Copa, pois é sabido que o momento Copa estimulou tais protestos, foi apenas um espasmo de uma sociedade acossada, adormecida e passiva.

Para o cronista Arnaldo Jabour, a miséria se aprofundou e nada mudou:

“Aqui já vivemos uma pós-miséria incurável, africanizada. A miséria se aprofundou (...) como fazer as instituições refletirem e agirem, se a pós-miséria atinge não somente os miseráveis, mas degrada a maneira de combatê-la? A miséria das ruas e dos desvalidos, do crack, do abandono, deriva-se da impotência das instituições e vice-versa. São duas as misérias interagindo, acopladas: a ativa (política) e a passiva (os desgraçados). Criadores e criaturas” (Jabour, A, A Pós-Miséria, jornal O Globo, 13-05-14, p.8).

Mesmo um quadro crescente de miséria não é suficiente para despertar as instituições do seu patamar de conforto e segurança burocrática. E nem tampouco as autoridades políticas, que não abrem mão

de seus privilégios como elite dirigente e parecem ignorar o quadro de pós-miséria que se expande cada vez mais.

Não existe legado político num quadro institucional débil impregnado de práticas populistas e patrimonialistas. Se ao menos a Copa servisse para mudar as instituições, mudar o governo ou de governo, despertar o fervor cívico para exigir mudanças profundas no quadro político, o legado político da Copa estaria assegurado. Mas infelizmente não foi isso que aconteceu.